

CULTURAS URBANÍSTICAS EM CRISE OU EM CONSTRUÇÃO?

Insumos para um debate sobre mudanças na abordagem de cidades e de territórios entre 1956 e 1968

Profa. Dra. Priscilla Alves Peixoto (FAU-UFRJ)

RESUMO GERAL

Esta sessão livre enfoca propostas para a cidade e para o território muitas vezes tratadas de forma estanque sob o signo de um tema, de um campo disciplinar ou um recorte nacional que impedem de pensá-las conjuntamente e de interpretar o quanto os indivíduos que as propõe participam ou não de movimentos maiores de transformação do próprio campo do conhecimento.

Para construir essa reflexão, partimos da observação de atores e processos singulares para, com eles, ensaiar narrativas que tensionem, aprofundem ou, até mesmo, desloquem aquelas consagradas por uma bibliografia mais panorâmica e que, por vezes, minimizam ou excluem as contribuições propostas e experimentadas no Brasil.

Abordaremos mais especificamente: (1) a emergência de um campo de debates sobre participação e a maneira como se deu a interlocução de alguns de seus atores no Peru e no Brasil; (2) a experiência de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina e a construção de aportes reflexivos para a reconfiguração de seu próprio ofício; (3) cenas do cotidiano de Salvador fotografadas por Pierre Verger e Aracy Esteves Gomes e o que elas informam das transformações urbanas e sociais pelas quais passa a cidade; (4) e o estabelecimento de diálogo institucional entre o estado brasileiro e as populações indígenas no processo da produção do espaço urbano no Acre.

Estes trabalhos propostos respectivamente por Rosa, Pulhez, Mortimer e Mendo enfocam, propositadamente, um recorte temporal contido entre 1956 e 1968. Pois, busca-se problematizar justamente um período que a bibliografia especializada (FRAMPTON,1980; MUNFORD,2000; CALABI,2008; COHEN,2012) muitas vezes marcou como diante de uma profunda crise: é o fim da crença no projeto de um homem universal e, ao mesmo tempo, se passa a reconhecer a alteridade em sua diversidade.

No entanto, conforme esta mesma bibliografia sinaliza, trava-se também de um momento de construções de novos modos de se pensar e agir diante das cidades e do urbano. Em meados da década de 1950, nos locais institucionalizados, como nos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), sentiam-se os sinais de mudanças significativas nas abordagens, reivindicava-se, por exemplo, “uma relação mais precisa entre forma física [das cidades] e necessidades sócio-psicológicas [dos indivíduos]” (FRAMPTOM,2007,p.271).

Na década de 1960, estes debates ganharam novos contornos tanto pela produção de uma série de teóricos e polemistas norte americanos como J.Jacobs, L.Duhl e K.Lynch, como também com a produção de urbanistas franceses atentos às abordagens sociológicas e antropológicas como F.Choay, J.Duquesne e H.Coing. Em ambos os casos, a atenção voltava-se às relações entre indivíduos e seu meio, às culturas urbanas, às práticas do espaço e aos impactos dos processos da urbanização. Agora, cada vez menos, objetivavam transmitir modelos, cartilhas ou regras, mas sim, compartilhar experiências, abordagens e focar situações.

Esses questionamentos ganhariam uma nova escala de difusão com a publicação “O direito à cidade” (1968), de H.Lefebvre. Como os demais, este livro sublinhava a falência das ferramentas herdadas, bem como, a necessidade de se entender “a sociedade urbana como objetivo e finalidade” das propostas de ação.

Neste mesmo período, experiências diretas de ação também devam suporte e ampliavam o horizonte teórico nascente. Ainda nos voltando aos compêndios de história da arquitetura e do urbanismo, alguns deles já sinalizam a atenção ao cotidiano como no projeto Golden Lane (1952) de Alison e Peter Smithson em Londres (FRAMPTOM,2007), o apelo à participação presente no plano para Rimini (1966-1972) de De Carlo na Itália (CALABI,2012), os exemplos que compunham a exposição “Archctecture without Architects” (1964) organizada por B.Rudofsky no MOMA de Nova Iorque nos Estados Unidos (COHEN,2013) ou aquelas construídas por H.Fathy no Egito (1948-1960) e imortalizadas em seu livro “Construindo com o povo” (1970) (COHEN,2013, p.408). Estudos menos panorâmicos e mais circunscritos chamam a atenção ainda para trajetórias e proposições singulares como as ações de M.Écouchart (ELEB,2003) e Candilis (VIOLEAU, 2005). Enquanto estudos específicos sobre a problemática da participação apontam para as experiências de J.Turner e P.Crooke (1952) (ROSA,2018).

No entanto, fazendo parte de um mesmo movimento epistemológico, estas reflexões e ações não deveriam ser vistas lado-a-lado? Além disso, que posições os atores brasileiros ou aqueles que atuaram no país ocuparam na construção destes conhecimentos?

Ao longo de todo o período estudado aqui (1956-1968), no Brasil, cidades e urbano continuam a ser produzidos, bem como, atores individuais e coletivos contribuem para os debates no âmbito internacional. Contudo, deve-se se sublinhar que o ano de 1964 marca uma alteração nos padrões deste intercâmbio. Sente-se os impactos tanto de uma nova estrutura de representação política e da administração pública quanto os da inauguração de Brasília destituídos da possibilidade de se debater livremente os limites e as possibilidades ali instaurados. Além disso, após 1968, passa-se a contar cada vez menos com diálogos transnacionais. Como posicionar, então, as intervenções e reflexões produzidas no Brasil? O que deve ser entendido como parte de um movimento maior e o que deve ser visto como parte de uma reação a questões específicas?

É diante desse terreno movediço, constituído por crises epistemológicas, sociais e políticas, mas também por anseios de construção e reconstrução de práticas e formas de proposição que a presente sessão busca instigar uma reflexão sobre as maneiras que as cidades e o urbano foram enfocadas.

Estes “saberes-fazer” plurais são, portanto, considerados em sua dupla dimensão de “espaço de experiência e horizonte de expectativa” (KOSSELECK,1979). São pensados como “práticas e representações” que incitam a construção de narrativas sobre o mundo social entre àquilo que limita a ação dos atores, “suas condições de possibilidade”, e os caminhos que eles inventam e/ou por onde eles escapam dos sentidos hegemônicos (CHARTIER,1982;2009). Propõe-se aqui, pensar a arquitetura, o urbanismo e o planejamento urbano como “antropologias do espaço” (CHOAY,1965;2006).

Deve-se assinalar ainda que nos apoiamos em uma abordagem que foi sintetizada por Pereira na metáfora de um “pensar por nebulosas” (PEREIRA,2017,p.249-250), grosso-modo uma maneira de se interpretar um céu instável, fugaz, mas que por vezes possui a potência de produzir tempestades transformadoras.

Assim, ao aproximarmos objetos de estudo aparentemente distantes, buscamos dar a ver uma amostra desse conjunto que, mesmo não aderindo um continuo de experiências de mesmo tipo, colocados lado-a-lado, talvez possam contribuir para a problematização de algumas mudanças que se operam no campo do conhecimento, ao mesmo que se delineiam com maior precisão suas especificidades. Intentamos, por fim, romper modelos de interpretação, atravessar fronteiras disciplinares e nacionais e ativar o passado (PEIXOTO,2017,p.90).

A EMERGÊNCIA DE UM CAMPO DE DEBATES SOBRE PARTICIPAÇÃO NO PENSAMENTO URBANÍSTICO: MAPEANDO ACONTECIMENTOS, SENTIDOS, RELAÇÕES

Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa (PPGAU-FAUFBA)

Nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo em países europeus e norte-americanos, em meio às movimentações sociais que articulavam política, democracia e cidade, diversas práticas de participação em arquitetura e urbanismo emergiram. De formas distintas, incitavam à construção de novos repertórios de vida urbana, manifestos na valoração das práticas cotidianas, dos saberes populares e vernaculares, das diversas formas de habitar, da experiência e dos processos autônomos de produção das cidades. No presente trabalho, visando tensionar o sentido unívoco frequentemente atribuído a esta movimentação e apreendê-la como um fértil e polissêmico campo de debates, partimos de bibliografia especializada nos processos participativos, centrando-nos de maneira mais pormenorizada em acontecimentos singulares e nas relações que nos permitam escapar ao olhar excessivamente panorâmico e, por vezes, redutor. Rastreamos, portanto, ainda que de forma indiciária, outras relações e sentidos deste campo de debates e seus modos de circulação. Nos aproximaremos, por exemplo, de reflexões como as de John Turner em suas experiências junto às *barriadas* peruanas, buscando mapear suas interlocuções e, até mesmo, suas relações com o Brasil.

Carlos Nelson, ‘antropoteto’: revisões de saberes e reconfigurações de um ofício

Profa. Dra. Magaly Marques Pulhez (Instituto das Cidades - UNIFESP)

Carlos Nelson Ferreira dos Santos iniciou suas incursões como assessor técnico em projetos de urbanização de favelas do Rio de Janeiro antes mesmo de sua graduação em arquitetura e urbanismo, pela Universidade do Brasil, em 1966. Em vários escritos produzidos sobre tais experiências, o arquiteto reiterou como a exposição ao cotidiano e, portanto, aos códigos singulares o permitiam não apenas questionar e rever conhecimentos, segundo ele, “totalizantes” e “autoritários” sobre o urbano, mas reinventá-los a partir do “detalhe”, do “caso”, do “milimétrico” (SANTOS, 1980; 1981).

Já na década de 1970, possivelmente buscando ampliar os suportes teóricos e práticos que permitissem aprofundar sua pesquisa sobre a experiência cotidiana e, desde aí, escapar das práticas modelares difundidas naqueles anos de sua formação em arquitetura, Santos integrou o mestrado em antropologia social do Museu Nacional.

A discussão que aqui apresentamos parte da experiência de Carlos Nelson no projeto de urbanização da favela Brás de Pina (1964) para investigar e debater os aportes que o

instigaram a reconfigurar seu próprio ofício, aquele do “antropoteto” (SANTOS, 1980), transformando sua formação e ação nas bases para a construção de novas (ou renovadas) práticas para a arquitetura e o urbanismo.

Planos urbanos e práticas de vida cotidiana: fotografias de Pierre Verger e Aracy Esteve Gomes em Salvador (1946-1966)

Profa. Dra. Junia Cambraia Mortimer (PPGAU-FAUFBA)

Partimos de duas coleções de fotografias – uma de P.Verger (1902-1996) e outra de A.Gomes (1923-) – que enquadram cenas do cotidiano de Salvador entre 1946 e 1966, período em que a cidade atravessava reconfigurações urbanas e sociais decorrentes de planos de seu Escritório de Planejamento Urbano (1943-1948), de políticas econômicas da SUDENE (1959-1964) e de projetos culturais do Museu de Arte Popular (1963).

As imagens de P.Verger, fotógrafo profissional e antropólogo, privilegiam o espaço público, sobretudo as práticas cotidianas marcadas pela presença negra. Juntamente com outros artistas, estava implicado na construção de uma imagem moderna desta cidade, em seus atributos estéticos, mas cujo referente se desviava dos processos de modernização.

Já A.Gomes privilegiava uma dimensão do privado em que a dimensão cotidiana aparece na domesticidade de uma classe média encantada com bens de consumo. Como fotógrafa amadora, produziu um regime de visibilidade bastante distinto daqueles expositivos e editoriais, em que se enquadram as imagens de Verger.

Enquanto restos (AGAMBEN 2007), marcas de um *isso foi* (BARTHES 1984), essas fotografias nos iluminam diferentes universos de cotidianidade que, se por um lado, problematizam os processos de modernização como manifestação da cultura local (RICOEUR 2007), por outro, trazem indícios de sistemas maiores pelos quais os fotógrafos também transitam.

Os saberes geográficos da população indígena Yawanawa: conflitos, mediação e produção do território

Profa. Dra. Maria Ayara Mendo Perez (FAU-UFRJ)

No início do século XX, a Comissão de Obras Federais chegou ao Acre com objetivo de construir uma estrada de rodagem para incentivar a extração da seringa. Com isso, o estado brasileiro passava a participar mais diretamente de um processo de espoliação da Floresta

Amazônica que remontava ao fim do século XIX e era marcado pela massacre das “correrias” (MENDOÇA, 1989; CUNHA, 1976; IGLESIAS, 2010).

No entanto, simultaneamente, é possível observar outra dinâmica de interação. Atores do poder público passam a promover políticas de “pacificação” dos indígenas. Trata-se da introdução de novos atores sociais, os “mediadores” entre indígenas, seringalistas e o poder público (IGLESIAS, 2010).

Neste contexto, entre 1930 e 1970, se pode observar a participação dos Yawanawa em atividades como a abertura de estradas da seringa, a construção de colocações e o estabelecimento de transporte fluvial (VINNYA, 2007), sentando algumas das bases do desenho territorial da região.

A presente proposta busca apresentar como os Yawanawa participaram da produção do espaço na floresta acreana e contribuíram para o estabelecimento de diretrizes do planejamento urbano na região. Evidenciando o caráter resiliente de suas ações e abrindo assim o caminho para uma tomada de consciência do capital cultural e político que possuem.